

# TELETRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: SOBRECARGA NAS ATIVIDADES DOS TRABALHADORES<sup>1</sup>

Braian Garrito Veloso<sup>2</sup> – UFSCar ([braiangarritoveloso@gmail.com](mailto:braiangarritoveloso@gmail.com))

Daniel Mill – UFSCar ([mill.ufscar@gmail.com](mailto:mill.ufscar@gmail.com))

## Introdução

A Educação a Distância (EaD) tem crescido muito nas últimas décadas. No Brasil, foi atualizada a legislação que regulamenta a modalidade, fornecendo vias para a ampliação da oferta de cursos superiores, ainda que sob perspectivas controversas. Nesse cenário, salienta-se as políticas públicas como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que há aproximadamente uma década tem sido uma das principais responsáveis pelo crescimento de experiências em EaD nas instituições públicas brasileiras.

Junto desse crescimento, a EaD vem acompanhada de problemáticas que precisam ser consideradas, principalmente quando pensamos na qualidade dos cursos que são oferecidos a distância. Amplamente influenciada pelas tendências da sociedade contemporânea, essa modalidade apresenta questões complexas que envolvem, dentre outras coisas, o trabalho docente. Na EaD, não apenas um, mas várias profissionais são responsáveis por uma variedade de funções que, conjugadas, compõem os processos de ensino-aprendizagem. Além disso, também estão presentes elementos relacionados à reestruturação produtiva e o trabalho contemporâneo, como a flexibilização e o teletrabalho.

No bojo do trabalho docente na EaD, encontram-se aspectos que podem implicar em perversidades aos trabalhadores. Uma vez que boa parte das atividades é realizada a distância, seja da própria residência ou, em tempos de ubiquidade, de quaisquer lugares com acesso à internet, dilui-se a nítida linha que separa os tempos de produção e reprodução. Soma-se, ainda, a fragilidade quanto aos vínculos com a universidade e a baixa remuneração, exigindo que muitos profissionais acumulem outros trabalhos com

---

1 Esta pesquisa é um recorte da dissertação de Mestrado intitulada de “Organização do Trabalho Docente na Educação a Distância: implicações da polidocência”.

2 Bolsista de Mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

vistas à complementação da renda. Por conseguinte, pode haver uma sobrecarga de atividades que se mostra perversa aos docentes.

Nessa perspectiva, nossa análise enfoca algumas das características que compõem o trabalho docente na EaD, isto é, a flexibilização e, sobretudo, o teletrabalho, considerando os céleres avanços das tecnologias na contemporaneidade e as implicações sobre os docentes que atuam a distância. Os resultados apresentados neste texto foram coletados a partir de questionário virtual e entrevistas realizadas, especificamente, com docentes-autores/conteudistas, docentes-formadores/aplicadores e docentes-tutores, presenciais e virtuais que possuem experiência no âmbito do Sistema UAB. No que se refere à estrutura, iniciamos com algumas ponderações sobre o trabalho contemporâneo juntamente com conceituações a respeito da EaD. Posteriormente, apresentamos a metodologia e os procedimentos metodológicos, para, por fim, empreendermos uma análise voltada ao teletrabalho como possível sinônimo de sobrecarga de trabalho aos docentes.

## **1. Sobre o trabalho na contemporaneidade: flexibilização e teletrabalho**

As relações de trabalho na contemporaneidade têm sido permeadas por questões complexas. A reestruturação produtiva, alicerçando-se em tendências como o pós-fordismo, implica em transformações significativas no trabalho contemporâneo, dentre as quais destaca-se a flexibilização. Nas palavras de Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), a flexibilidade do trabalho diluiu a nítida linha de separação entre incluídos e excluídos. Significa, pois, que a flexibilização tende a fragilizar os direitos trabalhistas. Isto é, há uma desregulamentação do trabalho, que se desvela em diferentes perspectivas perversas aos trabalhadores. É por isso que a precarização passou a ser um atributo central do trabalho contemporâneo e das novas relações de trabalho, apresentando múltiplas faces e dimensões (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Dentre os desdobramentos da flexibilização e da precarização, salienta-se a volta do trabalho em domicílio. Favorável aos interesses capitalistas, essa forma de atividade “ressurge como estratégia do capital para flexibilizar o uso da força de trabalho” (SILVA, 1997, p. 276). Ademais, na sociedade contemporânea, engendram-se novas facetas desse processo, como o *teletrabalho*. Este termo, refere-se, grosso modo, a uma

forma de trabalho na qual empregados e empregadores estão dispersos geograficamente, contudo, mantêm-se conectados por meio de tecnologias. Ora, na contemporaneidade, em decorrência dos céleres avanços das chamadas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), torna-se ainda mais propícia a realização do teletrabalho na medida em que várias tarefas são factíveis a distância e as pessoas podem conectar-se aos ambientes virtuais de praticamente quaisquer lugares e a qualquer momento, desde que se respeite a necessária existência de um dispositivo com acesso à internet.

Essa onipresença, atinente à incorporação das TDIC à sociedade, remete ao conceito de ubiquidade. De acordo com Saccol, Schlemmer e Barbosa (2011 *apud* Schlemmer, 2016), em espaços que se configuram como ubíquos, as interfaces que propiciam a interação humano-computador tendem a desaparecer, pois a computação digital se torna praticamente invisível, possibilitando utilizá-la quase sem pensar, assim como ocorre com a energia elétrica. Os trabalhadores, não apenas de sua residência, podem exercer atividades laborais com uma ampla flexibilidade quanto a espaço e tempo. Não há mais uma demarcação evidente sobre os tempos de produção e reprodução que outrora eram dissociados pelas instalações físicas da empresa e pelo horário regular de trabalho. Sequer o teletrabalho é delimitado pelo espaço físico da residência, haja vista que, por meio de tecnologias móveis como os *smartphones e tablets*, por exemplo, os empregados podem – e muitas vezes são induzidos – a trabalhar em horários e momentos inoportunos – durante a madrugada, nos fins de semana e em períodos que comumente seriam dedicados aos tempos de reprodução. Isso pode resultar em uma sobrecarga nas atividades, considerando-se que os profissionais podem atuar para além da carga horária formal e remunerada.

A possível sobrecarga de trabalho agrava-se em contextos nos quais as TDIC e o próprio teletrabalho se potencializam. É o caso da Educação a Distância (EaD), modalidade que, nos tempos modernos, apresenta-se amplamente influenciada pelos avanços tecnológicos. Devido à já existente separação física entre os envolvidos, a EaD mostra-se propensa também à realização do trabalho em domicílio. Os profissionais que atuam nessa modalidade passam, portanto, a lidar com a ubiquidade, uma vez que, na sociedade contemporânea, os dispositivos móveis permitem, praticamente de qualquer lugar e a qualquer momento, acesso aos espaços virtuais nos quais acontecem as atividades de ensino-aprendizagem.

Considerando que a EaD é uma modalidade propensa a essas formas de flexibilização e precarização do trabalho, preocupa-nos as possíveis implicações do teletrabalho às atividades dos educadores que atuam a distância. Interessa-nos compreender se, realmente, as atividades na EaD são favoráveis a uma sobrecarga que decorre da flexibilidade e do *teletrabalho ubíquo*<sup>3</sup>. Assim, propomos algumas precisões a seguir que servirão de embasamento às nossas hipóteses.

## 2. Sobre a Educação a Distância e o trabalho docente

Para compreendermos as características presentes no trabalho exercido na Educação a Distância, é pertinente estabelecer alguns conceitos concernentes à modalidade. De acordo com Kenski (2013), ao contrário da educação presencial, a EaD se apresenta em um não-lugar, um espaço virtual indeterminado. Caracteriza-se, fundamentalmente, pela simultaneidade temporal e espacial dos atores envolvidos no processo (COSTA, 2013). E para que a aprendizagem ocorra, são utilizadas diferentes tecnologias e ferramentas, das quais inclui-se os recursos da internet, programas computacionais, CD-ROMS etc. (MILL, 2012). A EaD, pois, mostra-se amplamente influenciada pelas TDIC. Justamente por isso, tem crescido exponencialmente nas últimas décadas, influenciada pelos avanços tecnológicos.

No Brasil, a EaD também tem se expandido vertiginosamente, fomentada por políticas públicas como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Dentre os objetivos deste Sistema, está a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação oferecidos na modalidade a distância em instituições públicas de ensino superior. Ele foi criado por meio do Decreto Nº 5.800 de 08 de junho de 2006, e, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): “Prioritariamente, os professores que atuam na educação básica da rede pública são atendidos, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal” (CAPES, 2016, *online*). O Sistema

---

3 Utilizamos este termo para nos referirmos a uma nova forma de teletrabalho que tem surgido na contemporaneidade. Diz respeito à utilização das tecnologias móveis, como *smartphones* e *tablets*, para a realização do trabalho a distância. Na medida em que o teletrabalho implica o necessário uso de tecnologias para que sejam estabelecidos os contatos entre empregador e empregado, por meio dos dispositivos móveis é possível que sejam exercidas atividades laborais de praticamente quaisquer lugares e a qualquer momento, desde que se possua conexão à internet. É sob essa perspectiva, portanto, que se encontra o ponto fulcral da nossa investigação.

UAB, portanto, volta-se à formação de professores e de profissionais da educação pública do país, embora atualmente não seja esse o seu único objetivo.

Em aproximadamente uma década de vigência da UAB, constata-se um aumento significativo na oferta de cursos pela modalidade de EaD em universidades públicas. No entanto, esse crescimento vem acompanhado de variadas problemáticas, que se referem, inclusive, à docência. Sob o entendimento de Belloni (2013), a atual política economiza justamente na remuneração e na organização do trabalho docente. Segundo Lapa e Pretto (2010), o Sistema UAB tem padronizado o trabalho docente, a partir de uma concepção de EaD que preconiza uma educação de massa e a redução desse mesmo trabalho.

Mas além desses processos de precarização, as atividades docentes no contexto da EaD, por si só, são sobremaneira complexas. Belloni (2013) afirma que temos poucos estudos sobre o assunto, porém, os que já existem mostram uma maior complexidade e exigências nas equipes de EaD que no trabalho solitário e individual do professor na sala de aula. Para Mill (2014), nessa modalidade, ao contrário da educação presencial, não apenas um, mas vários profissionais são responsáveis pelos processos de ensino-aprendizagem. Ou seja, existe uma equipe de trabalhadores responsáveis por uma variedade de atividades que juntas compõem o trabalho na EaD. Essa equipe conta com profissionais docentes e não-docentes, sendo que, geralmente, apenas o docente-autor/conteudista, os docentes-formadores/aplicadores e os docentes-tutores – presenciais e virtuais – são tipicamente educadores (MILL, 2014). Mill (2014) denomina esse conjunto articulado de profissionais, necessário às atividades de ensino-aprendizagem a distância, de *polidocência*.

Pode-se afirmar, assim, que o trabalho docente na EaD é mais complexo do que aquele exercido na educação presencial, visto que compreende múltiplos profissionais atuantes no processo de ensino-aprendizagem. Além dessas complexidades, tem-se a precarização que decorre de políticas públicas de caráter emergencial como o Sistema UAB, gerando diversas problemáticas ao trabalho docente. Ao mesmo tempo, experiências de EaD mais recentes têm sido influenciadas por tendências do trabalho contemporâneo, como a já mencionada flexibilização e o teletrabalho. Portanto, os trabalhadores, sobretudo os docentes, deparam-se com perversidades que imprimem

condições precárias às atividades e funções nessa modalidade. É nessa perspectiva que se situa nossa pesquisa.

### **3. Sobre a investigação e os procedimentos metodológicos**

Nossa investigação enfoca a docência na EaD. Nomeadamente, buscamos investigar o teletrabalho como prática recorrente nessa modalidade, observando possíveis implicações ao trabalhador docente. Cabe ressaltar que esta pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Grupo Horizonte (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)<sup>4</sup>, e concerne às intenções desse mesmo Grupo no que tange à compreensão da EaD e as problemáticas que a permeiam.

Sobre a metodologia, utilizamos a triangulação metodológica que, segundo Duarte (2009), diz respeito ao emprego de múltiplos métodos em uma mesma investigação. Assim, nesta pesquisa foram utilizados os métodos qualitativo e quantitativo, a fim de observar os meandros que compõem o trabalho docente na EaD.

Em relação aos procedimentos metodológicos, foram aplicados questionários virtuais a vários docentes com experiência em cursos de graduação e pós-graduação ofertados por instituições públicas que atuam no âmbito do Sistema UAB, a saber: docentes-autores/conteudistas, docentes-formadores/aplicadores e docentes-tutores, presenciais e virtuais. Foram coletadas exatamente 677 respostas com estes docentes. Em seguida, realizamos algumas entrevistas semiestruturadas, objetivando aprofundar as nossas análises.

### **4. Teletrabalho como sobrecarga ao trabalhador docente**

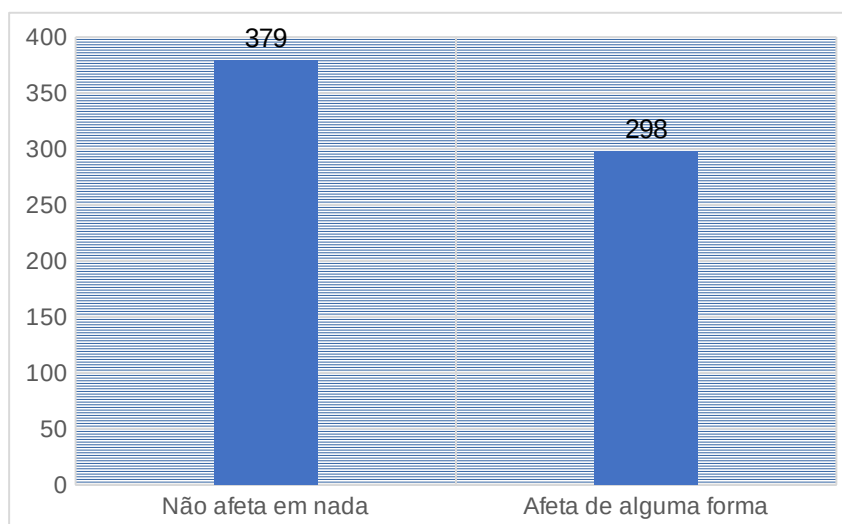
A partir dos dados coletados no questionário virtual e nas entrevistas, buscamos identificar possíveis perversidades relacionadas à flexibilização e ao teletrabalho. Interessou-nos compreender se as características do trabalho docente na EaD podem resultar em uma sobrecarga aos profissionais. Acreditamos que esse trabalho, à medida

---

<sup>4</sup> Esta investigação é um recorte da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida pelo autor deste texto.

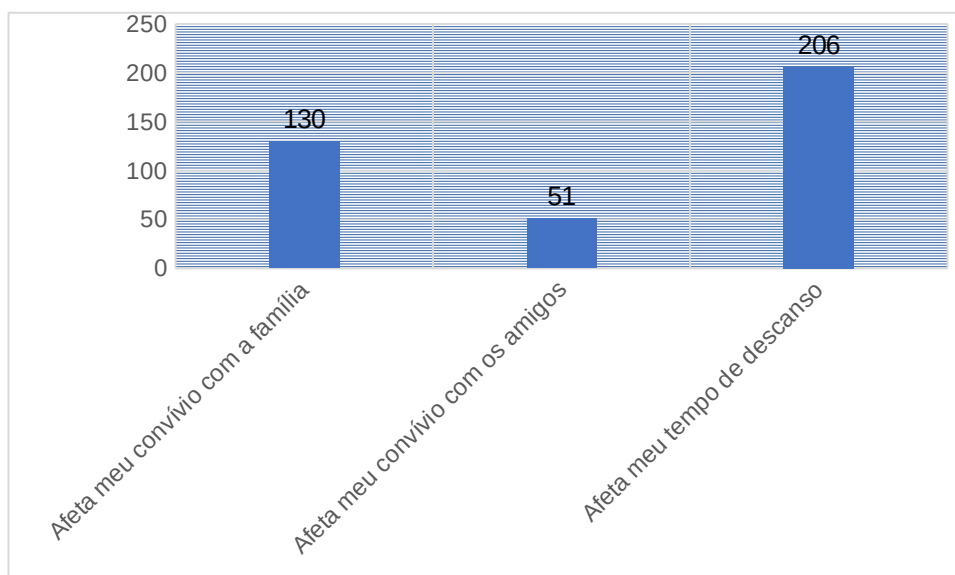
que está influenciado por tendências relacionadas ao pós-fordismo e à reestruturação produtiva, acaba por promover perversidades aos docentes.

Com vistas a identificar uma possível sobrecarga desinente do teletrabalho, indagamos os profissionais, no questionário virtual, a respeito da interferência das atividades exercidas na EaD em relação à vida privada. Foi de nosso interesse observar se os tempos de produção e de reprodução dos trabalhadores são devidamente dissociados. As respostas foram quantificadas e os dados discriminados na Figura 1:



**Figura 1.** Interferência do trabalho na EaD em relação à vida privada. Fonte: Autoria própria.

A maioria dos docentes disse que o trabalho na EaD *não* afeta a vida privada. Quer dizer que muitos profissionais parecem lidar de maneira adequada com a flexibilidade e o teletrabalho, delimitando os tempos de produção e de reprodução. Todavia, um número considerável de respondentes disse que *sim*, as atividades na EaD afetam de alguma forma a vida privada. A fim de aprofundar essa análise, questionamos estes participantes (298) sobre como ocorre essa interferência. Os resultados estão presentes na Figura 2:



**Figura 2.** Aspectos da vida privada que são afetados pelo trabalho na EaD<sup>5</sup>. Fonte: Autoria própria.

A maior parte dos respondentes disse que o trabalho na EaD afeta o tempo de descanso, seguidos daqueles que disseram afetar o convívio com a família e aqueles que afirmaram afetar o convívio com os amigos. Além dessas opções disponibilizadas pela pergunta, os docentes puderam indicar outros possíveis motivos, caso achassem necessário. Algumas das respostas que trazem informações pertinentes à nossa discussão foram sintetizadas no Quadro 1:

**Quadro 1.** Respostas dos docentes sobre outras formas como o trabalho na EaD afeta a vida privada.

Afeta a saúde. Passei a ter problemas referentes às atividades laborais.

Afeta nossa vida particular em geral, porque quando nossa família descansa, nós temos que trabalhar.

O curso não utilizava plataforma Moodle, mas sim plataformas de apps e outros, então era 24h no celular para atender os alunos.

Afeta a rotina como se fosse qualquer outro trabalho, mas por existir celular com internet, às vezes, quando estamos entre família ou com os amigos, paro tudo para responder uma mensagem de um aluno.

Quem tem outra função além da EaD, dispensa a ela, normalmente, seu tempo de descanso.

Sim, monitoro os posts todo o tempo, inclusive nos horários de descanso.

Quando me organizo, não afeta em nada. Mas quando deixo as coisas para resolver de

<sup>5</sup> A soma das respostas não totaliza 298, pois os docentes puderam assinalar mais de uma opção na pergunta.



---

última hora, afeta o convívio com os amigos.

---

É tempo de trabalho extra, então tenho que adequar o tempo. O trabalho é desenvolvido em casa, isso também altera o convívio.

---

Fonte: Autoria própria.

As respostas nos permitem observar características consonantes à existência de uma sobrecarga de trabalho. E ainda que não tenhamos mencionado o teletrabalho ou a ubiquidade no questionário virtual, alguns docentes deram indícios de uma sobrecarga resultante das tecnologias móveis e do trabalho em domicílio. Isso significa que, de fato, a linha de separação entre os tempos de produção e reprodução pode ser diluída, implicando em situações perversas aos profissionais. Com a finalidade de aprofundar essa perspectiva de análise, perguntamos aos docentes, durante as entrevistas, como é a relação entre o trabalho na EaD e a vida privada. Mais uma vez nossas intenções voltaram-se a desvelar a existência de uma sobrecarga que decorre da flexibilização do trabalho. Algumas das falas que consideramos importantes à nossa investigação foram transcritas a seguir:

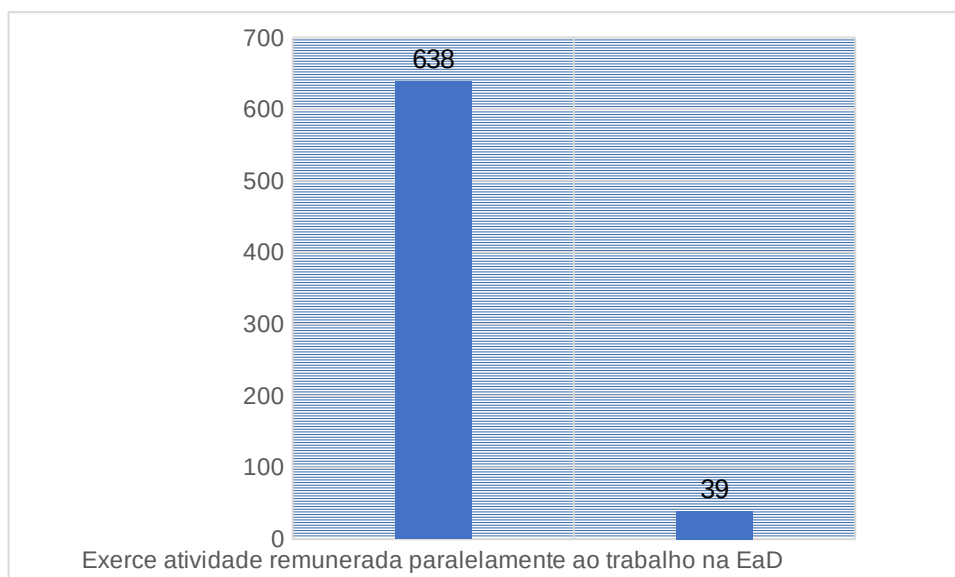
Com certeza eu exerci muitas atividades, de uma coisa ou de outra [da educação presencial e a distância], dentro do meu horário de lazer, de descanso. Trabalhava regularmente à noite. [...] Dentro das atividades da educação a distância, com certeza eu realizei muitas delas no período de lazer, de descanso (docente-formador/coordenador UAB).

Eu ouço bastante reclamação [da família] “ah, mas hoje é feriado, você não vai ficar com a gente? ”. Eu posso passear, mas não posso ficar de manhã, de tarde e de noite fora de casa. Em algum momento do dia eu tenho que estar em casa, ou tenho que ter algum acesso. Às vezes meu marido reclama “ah, mas eu queria viajar”, mas no hotel que a gente vai, vai ter internet? Se tiver internet tudo bem, se não tiver internet aí não tem como (docente-tutor virtual).

Pela universidade são 20h, no polo, mas a gente acaba de casa também [o trabalho]. Domingo eu acabei tendo de vir aqui [no Polo de Apoio Presencial], para resolver algumas coisas de algumas provas [...]. Essa especialização tem vários encontros, acabam sendo dois sábados por mês [...]. No domingo eu não tenho horário de tutoria, mas eu fico preocupado de algum aluno ficar sem resposta [no ambiente virtual ou por e-mail]. Eu quero tentar respondê-lo o mais rápido possível. Pois eu sei que é no sábado e no domingo que o aluno tira para fazer as atividades (docente-tutor presencial).

Já aconteceu [atender dúvidas dos alunos fora do Polo de Apoio Presencial]. Porque a gente deixava disponível e-mail, telefone e às vezes mandavam uma mensagem, no Facebook, nas redes sociais. Já tivemos problemas com matrícula e a plataforma estava fora do ar [...] e aí a gente vai além das 20h. Já cheguei atender em casa ou ir além das 20h. Mas isso é esporádico (docente-tutor presencial).

As respostas dos docentes durante as entrevistas nos possibilitam depreender que existem situações nas quais a carga horária semanal extrapola àquela definida em edital – geralmente, nos editais de seleção dos docentes-tutores do Sistema UAB, exige-se uma dedicação de 20h semanais às funções na EaD. No caso dos docentes-formadores, aqueles que exercem funções paralelamente na educação presencial, por vezes se sujeitam a regimes de trabalho exacerbados. Mill (2012) discute esse aspecto ao afirmar que, geralmente, esses docentes trabalham com educação virtual como segunda função, ou seja, como atividade extra, recebendo baixa remuneração e sem contrato de trabalho específico. Outrossim, os docentes-tutores, via de regra, enxergam a EaD como complementação da renda, pois o frágil vínculo com a universidade e a baixa remuneração – documentos oficiais do Sistema UAB explicitam uma bolsa aos docentes-tutores menor do que o salário mínimo vigente – não viabilizam que o trabalho nessa modalidade seja considerado como uma profissão. Objetivando corroborar essa assertiva, perguntamos, no questionário virtual, se os docentes exercem, de fato, outras atividades remuneradas paralelamente ao trabalho na EaD. As estatísticas da resposta encontram-se na Figura 3:



**Figura 3.** Docentes que exercem outras atividades remuneradas paralelamente ao trabalho na EaD. Fonte: Autoria própria.

Especificamente 638 trabalhadores docentes afirmaram exercer outras atividades remuneradas em paralelo às funções na EaD. O trabalho nessa modalidade, portanto, é exercido concomitantemente a outras formas de remuneração. Trata-se de uma característica típica da reestruturação produtiva, qual seja, o trabalho em tempo parcial, que teoricamente possibilita o acúmulo de várias atividades. Segundo Larangeira (1997), dentre as perversidades inerentes ao processo de produção flexível está o crescimento do trabalho em tempo parcial e do trabalho temporário ou subcontratado. Isso quer dizer que muitos profissionais podem – e às vezes necessitam - acumular mais de uma atividade remunerada como complemento à renda. Esse acúmulo torna-se ainda mais propenso por meio do *teletrabalho ubíquo*. Ora, os docentes podem, por exemplo, atuar também na educação presencial, porquanto suas funções na EaD poderão ser exercidas de sua residência ou, na contemporaneidade, de quaisquer locais, desde que se possua um dispositivo com acesso à internet. Os trabalhadores acabam, então, dedicando-se a regimes de trabalho exacerbados, que exigem dedicação às atividades em momentos que deveriam ser de reprodução. Essa perversidade acentua-se ao observarmos os editais de seleção do Sistema UAB que, deliberadamente, exigem que os docentes atendam as dúvidas dos alunos em no máximo 24h, sem mencionar quaisquer exceções como fins de semana ou determinados horários inoportunos. Assim, os profissionais assumem seus cargos cientes de que o teletrabalho, à medida que é flexível, apresenta-se também inexorável quando da exigência de cumprimento das obrigações sem aparentemente considerar que as condições de trabalho na EaD imprimem um status de “bico” às atividades. Noutras palavras, ainda que a docência nessa modalidade – sobretudo em relação aos docentes-tutores – não possa ser considerada como profissão, mas sim um complemento à renda, as imposições não parecem se importar com a possível sobrecarga dos trabalhadores, em razão do acúmulo de múltiplos trabalhos.

Porém, ainda que tenhamos identificado aspectos perversos em relação à flexibilidade e o teletrabalho, muitos dos docentes que participaram da nossa pesquisa demonstraram gostar de trabalhar com a EaD. Aliás, vários respondentes disseram se beneficiar das condições do trabalho em domicílio. Outros afirmaram que, além dos benefícios provenientes da experiência em um curso superior, a remuneração é um importante complemento à renda mensal. Mas ficou evidente que, apesar de

considerarem a importância do valor recebido pelas suas funções, a grande maioria não se sente plenamente satisfeito. Há um certo conformismo, no sentido de que poderia ser melhor, mas a atual situação é tolerável.

Além disso, preocupa-nos o sentimento de “culpa” esboçado por alguns docentes. Durante as entrevistas e as análises das respostas do questionário virtual, identificamos que vários profissionais se culpabilizam pela sobrecarga de trabalho. Eles acreditam que isso se deve ao fato de que o tempo não foi gerido de forma correta, ou então falta experiência em lidar com a flexibilidade do trabalho na EaD. Segundo Frigotto (2001), uma das características do capitalismo tardio refere-se a responsabilizar o trabalhador por problemas intrínsecos às novas relações de trabalho – como a instabilidade e o desemprego. Acreditamos, portanto, que parte desse sentimento de “culpa” dos docentes se relaciona com a instabilidade que a função na EaD imprime ao trabalho. Destarte, na medida em que os vínculos com a universidade são fragilizados, atribui-se à docência um caráter de insegurança, pois a qualquer momento a instituição poderá lançar mão de novos editais para selecionar outros docentes que substituirão aqueles que “não souberam” lidar com a flexibilidade e as características do *teletrabalho ubíquo*.

A despeito disso, acreditamos que o trabalho na EaD pode, de fato, ser profícuo aos profissionais. Constatamos que muitos docentes estão engajados em suas atividades de forma que os principais óbices não constituem motivos plausíveis para desacreditar na modalidade. Nesse sentido, concordamos com Mill (2012) quando o autor afirma que a expansão da EaD em instituições públicas tem transportado a visão do “não funciona” para o “como fazer melhor”. E, realmente, os benefícios que se pode auferir por meio de experiências com EaD sustentam a luta por melhorias, que sob nosso entendimento devem se direcionar, sobretudo, às relações de trabalho dos profissionais docentes.

## **5. Considerações finais**

A Educação a Distância é uma modalidade que tem sido influenciada por elementos típicos da sociedade contemporânea. Os avanços da TDIC têm ressignificado os processos de ensino-aprendizagem, contribuindo, dentre outras coisas, para a expansão da oferta de cursos a distância. Concomitantemente a isso, a EaD também

apresenta características do trabalho contemporâneo, como a flexibilidade e o teletrabalho. Esses aspectos podem resultar em problemáticas aos trabalhadores, inclusive aos docentes que atuam nessa modalidade.

Por meio dos dados obtidos em nossas pesquisas, inferimos que, de fato, existe uma sobrecarga nas atividades que decorre da flexibilização e do trabalho em domicílio. Além disso, em tempos de ubiquidade, a possibilidade de conectar-se à internet quase que de qualquer lugar e a qualquer momento pode promover situações perversas aos trabalhadores, conforme identificamos em nossas investigações. Esses elementos precisam ser considerados, pois a fragilidade dos vínculos entre docentes e universidades somada à baixa remuneração desses profissionais não parece condizer com muitas das exigências das atividades na EaD.

Não obstante a sobrecarga no trabalho, a maior parte dos docentes parece gostar de trabalhar com a EaD. Esses profissionais, geralmente, beneficiam-se das experiências nessa modalidade, fazendo com que muitos dos principais óbices sejam tolerados. E nossa crítica não se contrapõe à expansão da EaD e aos aspectos profícuos percebidos pelos docentes. Ao contrário, por ser notório o crescimento da EaD no Brasil, parece-nos mister que as problemáticas sejam consideradas para que melhores condições de trabalho sejam oferecidas aos trabalhadores, principalmente se considerarmos que a qualidade do processo de ensino-aprendizagem depende, em especial, de uma boa atuação da equipe docente.

## Referências

BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação e educação a distância na formação de professores. In: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (Org.). **Educação a Distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013, p. 245-265.

CAPES. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/uab>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

COSTA, Rogério. Educação a distância: um desafio atual. In: MILL, Daniel; MACIEL, Cristiano (Org.). **Educação a distância: elementos para pensar o ensino-aprendizagem contemporâneo**. São Paulo: EdUFMT, 2013, p. 355-369.

DUARTE, Teresa. A possibilidade de investigação a três: reflexões sobre a triangulação (metodológica). **CIES e-Working Paper**, Lisboa, n. 60, 2009, p. 1-24.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v35n122/a06v35n122.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 9, p. 15-26, jul.-dez, 2001.

KENSKI, Vani M. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem em ambientes virtuais, a distância. In: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara (Org.). **Educação a Distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013, p. 59-68.

LAPA, Andrea; PRETTO, Nelson de L. **Educação a distância e precarização do trabalho docente**. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5569/1/1792-7441-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

LARANGEIRA, Sonia M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 89-94.

MILL, Daniel. **Docência virtual: uma visão crítica**. Campinas: Papyrus, 2012, 304 p.

MILL, Daniel. Sobre o conceito de polidocência ou sobre a natureza do processo de trabalho pedagógico na educação a distância. In: MILL, Daniel; RIBEIRO, Luis R. C.; OLIVEIRA, Marcia R. G. (Orgs.). **Polidocência na Educação a Distância: múltiplos enfoques**. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 25-42.

SCHLEMMER, Eliane. Hibridismo, multimodalidade e nomadismo: codeterminação e coexistência para uma educação em um contexto de ubiquidade. In: MILL, Daniel; REALI, Aline (Org.). **Educação a Distância qualidade e convergências: sujeitos, conhecimentos, práticas e tecnologias**. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 61-85.

SILVA, Lorena H. da. Trabalho a domicílio. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, p. 275-278, 1997.